

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.376 - SP (2019/0345312-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202**
 SAMIRA REBECA FERRARI - SP279477
RECORRIDO : **SEBASTIAO JUSTINO CAMPOS**
RECORRIDO : **TAKETOSI YAMAMOTO**
RECORRIDO : **ANA TEIXEIRA DA ROCHA**
RECORRIDO : **CLEUZA GIANEZI**
RECORRIDO : **ANA DE JESUS ROSA**
RECORRIDO : **DECIO DEZENA**
RECORRIDO : **EDNEIA MACHADO SANT ANNA**
RECORRIDO : **EURIPEDES FAVARO**
RECORRIDO : **MARIA DE LOURDES SILVA ALENCAR**
RECORRIDO : **NEIDE DAS GRACAS TROPIANI SILVA**
RECORRIDO : **PAULO CESAR DIAS**
ADVOGADO : **RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, com fundamento no art. 105, III, alínea “a”, da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"COMPETÊNCIA e LEGITIMIDADE PASSIVA da CEF — Ação relativa a seguro habitacional — Entendimento do STJ de que o ingresso da CEF e da União somente pode ser justificado em ações relativas a apólices públicas, Ramo 66 — Ausência de comprovação de que, no caso, seja essa a apólice — Advento da Lei 12.409, de 25 de maio de 2.011, e da Medida Provisória nº 633, de 28 de dezembro de 2.013, que não modifica a legitimidade passiva da seguradora — Precedentes deste Tribunal e do STJ — Pretensão rejeitada — Motivação do acórdão, ademais, que não muda em face da Lei 13.000 de 18 de junho de 2014, que deu nova redação ao artigo 1º, § 1º e introduziu o artigo 1º-A, da Lei 12.409, de 25 de maio de 2.011, autorizando o Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS, a assumir direitos e obrigações do Seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação — SH/SFH — Norma inovadora que, ao mesmo tempo, autorizou a União, por intermédio da Advocacia- Geral da União, a intervir nas ações de que trata referida lei, ou avocá-las, na forma do artigo 8º-C da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995 (art. 3º da mesma MP) — Impossibilidade do deslocamento da

competência — Pedidos rejeitados.

SEGURO HABITACIONAL — Cláusula contratual i limitativa da indenização de danos provenientes de causa externa, com que não se confundem vícios construtivos ou decorrentes de falta de manutenção — Orientação prevalente na jurisprudência deste Tribunal e do C. Superior Tribunal de Justiça, no entanto, de o contrato de seguro habitacional, por sua natureza assegurar a reparação em favor do adquirente do imóvel e beneficiário do seguro — Inexistência de contraste com o disposto no art. 1.490 do Código Civil anterior — Vícios construtivos apurados em prova técnica apresentada pelos postulantes e não refutada por elementos em contrário — Ação julgada improcedente — Sentença reformada para julgar procedente a ação — Ressalva do posicionamento do Relator.

MULTA DECENDIAL — Cabimento — Pena que visa impedir o retardo injustificado no cumprimento da cobertura, limitada ao valor da indenização — Orientação prevalente na jurisprudência deste Tribunal e da Corte Superior — Concessão.

Apelação provida para julgar procedente a demanda." (fl. 1.149/1.150)

Nas razões do apelo, a recorrente argui, entre outras teses, a legitimidade da Caixa Econômica Federal para ingressar no feito e a competência da Justiça Federal para julgamento de ação de indenização securitária ajuizada por mutuário do Sistema Financeiro de Habitação.

É o relatório.

O Plenário do egrégio Supremo Tribunal Federal, no RE 827.996/PR, por maioria de votos, **reconheceu a repercussão geral da matéria** relativa à possível existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceiro interessado nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e, conseqüentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza (**Tema 1.011**).

Nesse contexto, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e o Superior Tribunal de Justiça, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC de 2015.

É importante salientar que apenas após essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Órgão Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não fiquem prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Nesse sentido deliberou a colenda Quarta Turma, ao analisar os Agravos Internos nos AREsp's 966.543/PR e 826.653/PR, de minha relatoria, na sessão de 16 de outubro de 2018, nos termos da ementa a seguir transcrita:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL DO TEMA RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE 827.996/PR. DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM.

1. O Plenário do egrégio Supremo Tribunal Federal, no RE 827.996/PR, por maioria de votos, reconheceu a repercussão geral da matéria relativa à possível existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, consequentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza.

2. Por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar no Tribunal de origem a solução do referido recurso extraordinário no eg. STF, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC de 2015.

3. Determinada a remessa dos autos à origem."

Ante o exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida e em observância aos citados arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015: i) **negue-se seguimento** ao recurso, se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pela Suprema Corte; ou ii) **proceda-se ao juízo de retratação**, na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema

submetido à repercussão geral.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator